

[Handwritten signature]

**PROJETO
DE
REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA**



2014



PROJECTO DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

PREÂMBULO

A Lei n.º 33/98, de 18 de julho, veio criar aos Conselhos Municipais de Segurança, qualificando-os de entidades de natureza consultiva, de articulação e de cooperação.

Para a prossecução dos objetivos e para o exercício das suas competências, o Conselho Municipal de Segurança deve dispor de um regulamento de funcionamento, onde se estabeleçam regras mínimas de organização e de articulação, bem como a respetiva composição.

O presente Regulamento tem natureza provisória, nos termos do disposto no artigo 6.º n.º 1, da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, devendo ser enviado, após aprovação pela Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, uma vez que este preside ao Conselho Municipal de Segurança.

O Presidente da Câmara deverá convocar o Conselho Municipal de Segurança que reunirá, pela primeira vez, para emitir parecer sobre o presente Regulamento, o qual deverá, depois, ser enviado à Assembleia Municipal, acompanhado do parecer, para discussão e aprovação em definitivo.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

NOÇÃO

O Conselho Municipal de Segurança de Oleiros, adiante designado por Conselho, é uma entidade de âmbito municipal, com funções de natureza consultiva, de articulação, informação e cooperação.



Artigo 2.º

OBJETIVOS

Constituem objetivos do Conselho:

- a) Contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança na área do Município, através da consulta entre todas as entidades que o constituem;
- b) Formular propostas de solução para os problemas de marginalidade e segurança dos cidadãos no respetivo Município e participar em ações de prevenção;
- c) Promover a discussão sobre medidas de combate à criminalidade e à exclusão social do Município;
- d) Aprovar pareceres e solicitações a remeter a todas as entidades que julgue oportunos e diretamente relacionados com as questões de segurança e inserção social.

Artigo 3.º

COMPETÊNCIAS

- 1- Para a prossecução dos objetivos previstos no artigo 2.º, compete ao Conselho dar parecer sobre:
 - a) A evolução dos níveis de criminalidade na área do Município;
 - b) O dispositivo legal de segurança e a capacidade operacional das forças de segurança do Município;
 - c) Os índices de segurança e o ordenamento social no âmbito do Município;
 - d) Os resultados da atividade municipal de proteção civil e de combate a incêndios;
 - e) As condições materiais e os meios humanos empregues nas atividades sociais de apoio aos tempos livres, particularmente dos jovens em idade escolar;
 - f) A situação socioeconómica municipal;
 - g) O acompanhamento e apoio das ações dirigidas, em particular, à prevenção da toxicodependência e à análise da incidência social do tráfico de droga;
 - h) O levantamento das situações sociais que, pela sua particular vulnerabilidade, se revelem de maior potencialidade criminógena e mais carecidas de apoio à inserção.
- 2- Os pareceres referidos no n.º 1 são apreciados pela Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal, com conhecimento das autoridades de segurança com competência no território do Município.



CAPITULO II
ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

SECÇÃO I

Artigo 4.º

COMPOSIÇÃO

Integram o Conselho:

- a) O Presidente da Câmara Municipal ou o vereador do pelouro quando este não seja assegurado pelo próprio Presidente da Câmara;
- b) O Presidente da Assembleia Municipal;
- c) Três Presidentes das Juntas de Freguesia designados;
- d) Um representante do Ministério Público da Comarca;
- e) O Comandante da Guarda Nacional Republicana;
- f) O Comandante dos Bombeiros Voluntários;
- g) Um representante dos Serviços de Proteção Civil;
- h) Um representante do Instituto de Solidariedade e Segurança Social;
- i) Um representante da Unidade Local de Saúde;
- j) Três responsáveis pelos organismos de assistência social sedeados no Município;
- k) Um representante da CPCJ;
- l) Um representante do Agrupamento de Escolas Padre António de Andrade;
- m) Um representante das associações económicas;
- n) Um representante das associações patronais;
- o) Um representante das associações sindicais;
- p) Um representante da Unidade Pastoral de Oleiros;
- q) Dois cidadãos de reconhecida idoneidade designados pela Assembleia Municipal.

Artigo 5.º

PRESIDÊNCIA

- 1- O Conselho é presidido pelo Presidente da Câmara Municipal.
- 2- Compete ao Presidente abrir e encerrar as reuniões e dirigir os respetivos trabalhos, podendo ainda suspendê-las ou encerrá-las antecipadamente, quando circunstâncias excecionais o justifiquem.



- 3- O Presidente é coadjuvado no exercício das suas funções por um secretário, designado de entre os membros do Conselho.
- 4- O presidente é substituído nas suas faltas ou impedimentos por um dos membros do Conselho por ele designado.

SECÇÃO II DAS REUNIÕES

Artigo 6.º

PERIODICIDADE E LOCAL DAS REUNIÕES

- 1- O Conselho reúne ordinariamente uma vez por trimestre.
- 2- As reuniões realizam-se no edifício sede do Município ou, por decisão do Presidente, em qualquer outro local do território municipal.

Artigo 7.º

CONVOCAÇÃO DAS REUNIÕES

- 1- As reuniões são convocadas pelo Presidente da Câmara Municipal, por meio de carta registada, com a antecedência mínima de quinze dias, constando da respetiva convocatória o dia e hora em que esta se realizará.
- 2- Em caso de alteração do local da reunião, deve o Presidente, na convocatória, indicar o novo local.
- 3- As reuniões extraordinárias terão lugar mediante convocação escrita do Presidente, por sua iniciativa ou a requerimento de pelo menos um terço dos seus membros, devendo neste caso o respetivo requerimento conter a indicação do assunto que se deseja ver tratado.
- 4- As reuniões extraordinárias poderão ainda ser convocadas a requerimento da Assembleia Municipal ou da Câmara Municipal.
- 5- A convocatória da reunião deve ser feita para um dos quinze dias seguintes à apresentação do pedido, mas sempre com a antecedência mínima de 48 horas sobre a data da reunião extraordinária.
- 6- Da convocatória devem constar, de forma expressa e especificada, os assuntos a tratar na reunião.
- 7- As reuniões do Conselho são privadas.



Artigo 8.º

ORDEM DO DIA

- 1- Cada reunião terá uma “Ordem do Dia” estabelecida pelo Presidente da Câmara Municipal.
- 2- O Presidente deve incluir na ordem do dia os assuntos que para esse fim lhe forem indicados por qualquer membro do Conselho, desde que se incluam na respetiva competência e o pedido seja apresentado por escrito com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data da convocação da reunião.
- 3- A ordem do dia deve ser entregue a todos os membros do Conselho com a antecedência de, pelo menos, oito dias sobre a data da reunião.
- 4- Em cada reunião ordinária haverá um período de “antes da ordem do dia”, que não poderá exceder sessenta minutos, para discussão e análise de quaisquer assuntos não incluídos na ordem do dia.

Artigo 9.º

QUORUM

- 1- As reuniões do Conselho não poderão iniciar-se sem a presença de, pelo menos, metade do número de elementos que o integram.
- 2- Se decorridos trinta minutos sobre a hora prevista na convocatória não houver quórum, a reunião poder-se-á iniciar com os elementos presentes desde que perfaçam 1/3 do total dos elementos do Conselho em efetividade de funções.

Artigo 10.º

USO DA PALAVRA

A palavra será concedida aos membros do Conselho por ordem de inscrição, não podendo cada intervenção exceder quinze minutos.

SECÇÃO III

DOS PARECERES

Artigo 11.º

ELABORAÇÃO DOS PARECERES



- 1- Os pareceres são elaborados por um membro do Conselho, designado pelo Presidente.
- 2- Sempre que a matéria em causa o justifique, poderão ser constituídos grupos de trabalho, que terão por objetivo a apresentação de um projeto de parecer.

Artigo 12.º

APROVAÇÃO DOS PARECERES

- 1- Os projetos de parecer são apresentados aos membros do Conselho com, pelo menos, oito dias de antecedência da data agendada para o seu debate e aprovação.
- 2- Os pareceres são votados globalmente, considerando-se aprovados quando reúnam o voto favorável da maioria dos membros presentes na reunião.
- 3- Quando o parecer for aprovado com votos contra, os membros discordantes podem requerer que conste do respetivo parecer a sua declaração de voto.

Artigo 13.º

PERIODICIDADE E CONHECIMENTO DOS PARECERES

- 1- Os pareceres a emitir pelo Conselho têm periodicidade anual.
- 2- Os pareceres aprovados pelo Conselho são remetidos pelo Presidente, para a Câmara Municipal, para a Assembleia Municipal, com conhecimento às autoridades de segurança com competência no território do município.

SECÇÃO IV

DAS ATAS

Artigo 14.º

ATAS DAS REUNIÕES

- 1- De cada reunião será lavrada ata na qual se registará o que se essencial se tiver passado, nomeadamente as faltas verificadas, os assuntos apreciados, os pareceres emitidos, o resultado das votações e as declarações de voto.
- 2- As atas são postas à aprovação de todos os membros no final da respetiva reunião ou no início da seguinte.
- 3- As atas serão elaboradas sob a responsabilidade do Secretário, o qual, após a sua aprovação, as assinará conjuntamente com o Presidente da Câmara Municipal.



- 4- Qualquer membro ausente na reunião de aprovação de uma ata da qual constem ou se omitam tomadas de posição suas pode posteriormente juntar à mesma uma declaração sobre o assunto.

CAPITULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 15.º

INSTALAÇÃO

- 1- Compete ao Presidente da Câmara Municipal assegurar a instalação do Conselho.
- 2- Compete à Câmara Municipal dar o apoio logístico necessário ao funcionamento do Conselho.

Artigo 16.º

POSSE

Os membros do Conselho tomam posse perante a Assembleia Municipal.

Artigo 17.º

CASOS OMISSOS

Quaisquer dúvidas que surjam na interpretação deste regulamento, ou perante casos omissos, a dúvida ou omissões serão resolvidas por deliberação da Assembleia Municipal.

Artigo 18.º

ENTRADA EM VIGOR

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação.

Aprovado em Assembleia Municipal de 19/12/2014.